



ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Ricardo Souza da Silva*

Ademilde Aparecida Gabriel Kato**

RESUMO

A visão é um dos sentidos mais importante para o ser humano é através dela que se obtém uma imagem integrada do mundo, é responsável por cerca de oitenta e cinco por cento das informações que recebemos, por meio dela apreendemos o mundo. A visão reduzida causa inúmeros prejuízos à pessoa, a área mais afetada é a aprendizagem. Considerando que o aluno com baixa visão necessita de adaptações pedagógicas nos diferentes aspectos da organização do espaço escolar, neste trabalho se buscou verificar as adaptações curriculares realizadas no interior da sala de aula comum e em atendimento especializado para deficiência visual, pertencentes a rede municipal de ensino de Sinop/MT. Constatou-se que a inclusão e atendimento ao aluno com deficiência visual, não corresponde ao discurso político e pedagógico do Plano Municipal de Educação de Sinop. Vários fatores contribuem para a não efetivação deste modelo de educação, dentre eles: acessibilidade física, escassez ou inexistência de materiais pedagógicos adaptados, falta de recursos tecnológicos e ópticos, inadequação do mobiliário, iluminação precária, paredes escuras e sujas, espaços pequenos, destinação à escola de verbas insuficientes para as adaptações necessárias, morosidade no cadastro do aluno no censo escolar nacional, e ainda, instalações provisórias e improvisadas, alocadas para funcionamento de salas de aula, inadequadas, principalmente para o aluno com baixa visão.

Palavras-chave: Educação. Educação Especial. Baixa visão. Adaptações curriculares. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

* Acadêmico do 7º semestre de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop, investigador da linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

** Professora Especialista em Educação Especial, Doutoranda em Ciências da Educação.

Este artigo apresenta resultados da investigação realizada no interior de uma sala de aula comum e ensino especializado para deficientes visuais pertencentes a Rede Municipal de Ensino de Sinop, voltados ao processo ensino–aprendizagem de alunos com baixa visão, com objetivo de verificar as adaptações curriculares focando a prática pedagógica, a utilização de recursos tecnológicos e ópticos como também, a adequação do espaço físico dos ambientes das unidades de análise e dificuldades enfrentadas por estas escolas e seus professores no desafio de trabalhar com estes alunos.

2 METODOLOGIA

Esta investigação se insere na Pesquisa Qualitativa que segundo Araújo e Oliveira (1997, p. 11) se preocupa com a descrição e interpretação dos fenômenos sociais estudados, e não quantificáveis e possibilita o registro dos diferentes olhares dos envolvidos no problema estudado. Portanto, ideal para estudar o processo de ensino aprendizagem do aluno com baixa visão e as adaptações necessárias ao mesmo.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas gravadas com professora de classe comum e uma técnica da Educação Especial da Secretaria de Educação municipal de Sinop, para complementação dos dados obtidos, foram realizadas observações do espaço escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas com aluno com baixa visão em contexto de sala comum e ensino especializado de sala de recursos para deficientes visuais.

O foco da investigação recaiu sobre os aspectos que orientam o trabalho com aluno de baixa visão, buscando conhecer as necessidades destes alunos e até que ponto a escola comum e o ensino especializado atendem as mesmas no que concerne a: a) adaptação curricular; b) os recursos tecnológicos utilizados; c) condições da estrutura física da escola; d) sistema de avaliação do desempenho do aluno adotado pela escola; metodologia de ensino; e) recursos da sala de aula comum; f) recursos tecnológicos didáticos usados no trabalho com alunos com baixa visão. Os dados obtidos foram analisados à luz de teóricos que tratam da educação inclusiva e especificidades do aluno com baixa visão e leis nacionais, estaduais e municipais que regulamentam a educação inclusiva.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Censo Escolar de 2008 publicado pelo INEP/MEC no final de 2009, as matrículas de crianças, jovens e adultos com deficiência visual no Brasil Cresceram 620% comparadas a 1998. Eram 8.963 estudantes, sem segmentação por deficiência. Já em 2008, foram registradas 55.915 matrículas, das quais 4.604 de alunos cegos e 51.311 de estudantes com baixa visão. Considerando que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem crescido a cada ano, acredita-se que tenhamos em nossos sistemas de ensino um contingente bem maior. No entanto, estima-se que muitas crianças, jovens e adultos ainda estejam fora da escola.

Para Foster e Gilbert, (1992), Thylefors et al (1995) a incidência de casos de baixa visão acontece de três a dez vezes mais do que a cegueira, sendo que a maior parte da população mundial e conseqüentemente no Brasil, tem na verdade, baixa visão, podendo usar esses resíduos visuais para realizar seus afazeres. Conforme informe do MEC no livro Saberes e práticas da inclusão, (2006, p. 19) “A incidência de deficiência visual na população brasileira está entre 1,0 a 1,5 %, sendo de 1 entre 3.000 crianças com cegueira e 1 entre 500 crianças com baixa visão”.

Em muitos desses casos, quando os professores são atentos é na escola, onde se percebe alguma dificuldade para enxergar. Porém, não são raros os casos que nem a família e nem a escola percebem a dificuldade da criança. Segundo especialistas, dado a exigência do uso da visão, a baixa visão é mais difícil de ser detectada na escola que em ambiente familiar é preciso ficar atento a comportamentos que podem suscitar suspeitas

Estudiosos recomendam aos pais e principalmente os professores e que observem os seguintes sinais que podem ser indicativos de baixa visão:

1. Irritação crônica dos olhos, indicada por olhos lacrimejantes, pálpebras avermelhadas, inchadas ou remelosas;
2. Náuseas, dupla visão ou névoas durante ou após a leitura;
3. Queixa de enevoamento visual e tentativa de afastar com as mãos os impedimentos visuais;
4. Pestanejamento contínuo, sobretudo durante a leitura;
5. Hábito de esfregar os olhos, franzir ou contrair o rosto ao olhar objetos distantes;
6. Inquietação, irritabilidade ou nervosismo excessivos depois de um prolongado e atento trabalho visual;
7. Inclinação da cabeça para um lado durante a leitura;
8. Cautela excessiva no andar, correr raramente e tropeçar sem razão aparente;
9. Desatenção anormal durante trabalhos no quadro-de-giz, mapas de paredes, etc;

10. Capacidade de leitura por apenas um período curto;
11. Hábito de, durante a leitura, segurar o livro muito perto, muito distante, em outra posição em comum,
12. Ou ainda, fechar ou tampar um olho.

A baixa visão é caracterizada pela impossibilidade do indivíduo de enxergar à distância, devido à alterações diversas no globo ocular. Esta condição reduz as informações recebidas do ambiente, limita a quantidade de dados importantes para a construção de conhecimento do mundo em que vive, o que resulta na restrição de informações. Portanto, é preciso compreender que é possível que a pessoa com baixa tenha conhecimento mais restrito do que as demais pessoas.

A Organização Mundial da Saúde OMS, em reunião realizada em Bangkok, Tailândia, no ano de 1992 sobre deficiência visual infantil definiu a baixa visão como:

Pessoa com baixa visão é aquela que possui um comprometimento em seu funcionamento visual, mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais com lentes comuns e tem uma acuidade visual inferior a 6/18 até a percepção de luz ou um campo visual inferior a 10° do seu ponto de fixação, mas que utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa.

A oftalmologista e estudiosa da visão Natalie Barraga, difunde em 1964 o conceito de deficiência visual. Até então, acreditava-se que as pessoas com deficiência visual grave, não poderiam utilizar o resíduo que possuíam, pois, correriam o risco de perdê-la ao utilizá-la. Embora, pudessem enxergar, ainda que de forma deficitária, eram consideradas cegas, todas deveriam aprender Braille, inclusive as crianças.

No Brasil somente após a década de 70, suscitaram-se preocupações com a questão da baixa visão por parte dos especialistas da área oftalmológica. A partir de então, passou-se a utilizar o termo de baixa visão, antes disso as pessoas com diminuição da capacidade visual eram enquadradas no grupo de cegos e deveriam fazer uso do Braille no sistema educacional.

Os especialistas têm procurado utilizar o termo ‘baixa visão’, acreditando que esse tende a minimizar o preconceito que o termo ‘subnormal’ pode provocar, além de outros benefícios para os alunos. Estes estudos contribuíram para que as crianças, jovens e adultos com baixa visão passaram a receber um tratamento especial na área da educação, infelizmente nem todos os Estados como no caso de Mato Grosso, onde pouquíssimos alunos cegos e principalmente com visão reduzida recebem atendimento pedagógico para estímulo visual visando o melhor e maior aproveitamento do mesmo.

Com a adoção deste segundo termo os especialistas começaram a se preocupar, cada vez mais, com o uso efetivo de qualquer resíduo visual existente, por menor que seja este. Pesquisas indicam que a redução da visão ainda é o maior foco dos estudos e não na capacidade visual, o que poderia resultar em maiores investimentos em programas educacionais voltados a estimulação, educação e reeducação visual.

Estudos afirmam que crianças com bom funcionamento visual aprendem com maior facilidade, enquanto que as com baixa visão, necessitam de mediação, seja este, professor, pais ou outro, para conhecer os ambientes, comunicar-se e aprender sobre o funcionamento das coisas e tudo que envolve seu cotidiano.

A criança cega ou com baixa visão deve ser estimulada desde muito cedo. Se cega deve ser estimulada para que seu desenvolvimento seja mais próximo do normal de uma criança sem problemas. E, se tiver baixa visão deve ser estimulada para aprender usar sua capacidade residual e tirar o maior proveito desta.

O aluno com baixa visão pode sofrer conflitos emocionais, assim como também, psicológicos e de nível social, que infelizmente incidem na aprendizagem. Porém, um ambiente que proporcione confiança, estimula a utilização dos resíduos visuais em todos os ambientes principalmente na escola. Para isso, o Ministério da Educação enfatiza:

É recomendável, portanto, provocar a conduta de utilizar a visão para executar todo tipo de tarefas, pois a visão não se gasta com o uso. Além disso, o professor deve proporcionar ao aluno condições para uma boa higiene ocular de acordo com recomendações médicas. Conhecer o desenvolvimento global do aluno, o diagnóstico, a avaliação funcional da visão, o contexto familiar e social, bem como as alternativas e os recursos disponíveis, facilitam o planejamento de atividades e a organização do trabalho pedagógico. (MEC, 2007, p. 18).

Segundo Silveira (2010), crianças com baixa visão têm dificuldades de leitura e aprendizado, para potencializar sua aprendizagem necessitam de adaptações no ambiente escolar. Fazer uso de recursos ópticos e não ópticos é de suma importância para o estímulo visual, os aparelhos eletrônicos também, proporcionam ao aluno com baixa visão melhor aproveitamento do resíduo visual. De acordo com Lora (2000, p. 21), a escola deve disponibilizar aos alunos com baixa visão as seguintes condições:

- a) Carteira ampla para receber uma luminária, máquina do tipo Perkins, equipamentos eletrônicos de magnificação (CCTV, lupa eletrônica) ou computadores, possibilitar o manejo de recursos ópticos (lupas, telescópios) e de instrumentos (punção e regletes);
- b) Regulagem de altura e inclinação (podendo ser usado uma prancha de apoio para leitura), para evitar posturas inadequadas, que podem gerar estereotipias; cadeira com

- regulagem de altura, giratória, que possibilite movimentos, para facilitar pequenos deslocamentos do aluno pela sala de aula;
- c) Iluminação adequada a cada caso, pois, mesmo sendo um recurso fundamental para os alunos com baixa visão, a necessidade não é igual para todos, uns requerem iluminação intensa, natural e direta, outros, iluminação média ou baixa, artificial e indireta. Tanto quanto o grau, a natureza e o sentido da luz dependem da afecção visual, o que requer avaliação individual. A sala deve possuir cortinas nas janelas conforme a necessidade do aluno;
 - d) Acessibilidade às zonas comuns, ao quadro-negro e à mesa do professor; armário para guardar os materiais de uso diário na escola; lousa que não provoque reflexo e permita um bom contraste (a de cor verde fosco pode ser boa solução);
 - e) Materiais de consumo sempre disponíveis, como lápis tipo B6, canetas hidrográficas, cadernos de tarja larga, borrachas, acetato amarelo, papel ofício, entre outros; livros didáticos adaptados ou com textos ampliados, disponibilizados com antecedência.
 - f) f) O número de alunos por sala não deve ultrapassar 25, se na sala houver algum deficiente visual.

Para Dall'Acqua (2002), a eficiência visual se aprimora em razão da aprendizagem, e que as estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento da visão devem ser empregadas em diferentes contextos e situações.

Crianças e adultos com baixa visão dependem muito das oportunidades e experiências de aprendizagens que vivenciam no meio em que estão inseridas. Quanto a criança com baixa visão Bruno (2002, p. 19) afirma que estas:

Dependem fundamentalmente da acessibilidade e recursos que o meio oferece para melhor ação funcional. Na escola, elas podem e devem realizar todas as atividades que o grupo realiza: brincar, pular, correr, nadar, pintar, dançar, participar de jogos, esportes, atividades de rotina e acadêmicas.

Porém, estes alunos sentirão dificuldades em atividades que envolvam impreterivelmente a coordenação visiomotora, implicando em algumas atividades como atravessar a rua, dirigir, observar cenas e conversão de materiais.

Para que a escola possa oferecer educação de qualidade aos alunos com baixa visão deve-se levar em conta alguns fatores básicos como: respeitar as normas e princípios da inclusão escolar, se adequar às necessidades específicas de cada aluno. É imprescindível adotar uma filosofia de valorização e aceitação das diferenças para que os alunos sejam

aceitos pelos demais, sem preconceitos. Dispor de recursos humanos e materiais para que o aluno tenha acesso ao currículo comum.

É necessário então, que educadores trabalhem de forma diferenciada com alunos com baixa visão, estimulando o uso adequado da visão e colocando a sua disposição os recursos apropriados para o melhor desenvolvimento de suas capacidades de aprendizagem. Tendo em vista, que o estímulo de qualquer resíduo visual por menor que seja, poderá ajudar os sujeitos com baixa visão na realização de inúmeras tarefas, principalmente na vida escolar, social e doméstica, uma delas é a constituição e organização de espaços na escola para este fim.

Consideramos o exposto, verificar como as escolas unidades de análise desta investigação atende as necessidades educacionais do aluno com baixa visão.

4 ANÁLISE

Os dados coletados indicaram que os professores sentem-se desafiados ao receber o aluno com baixa visão, as dificuldades em trabalhar com estes alunos residem na falta de formação inicial e principalmente continuada, para aqueles professores que já tem aluno com visão reduzida em suas salas de aula. O desconhecimento das especificidades da patologia do aluno e das metodologias de ensino adequadas, empobrecem tanto o fazer pedagógico, como a aprendizagem e, conseqüentemente acarreta prejuízos ao desenvolvimento das potencialidades do aluno podendo impedi-lo de dar continuidade a sua vida acadêmica. O professor parece sentir-se solitário e desafiado nesta tarefa.

Em alguns casos o professor desconhece a capacidade visual do aluno, dado imprescindível para elaboração de um plano de trabalho e principalmente de estratégias para a estimulação do resíduo visual, tão recomendado pelos especialistas. Com relação a estimulação da acuidade visual, parece haver pouca preocupação por parte da escola e dos professores, há alunos com baixa visão fazendo uso do código Braille, recomendado apenas para alunos considerados cegos.

Quanto aos recursos pedagógicos, tecnológicos e ópticos garantido na Política Nacional de Educação Inclusiva e Plano Municipal de Educação, observou-se que estes não são disponibilizados conforme necessidade do aluno e a tempo, no transcorrer dos ciclos de aprendizagem chegam atrasados, quando o aluno já não se encontra mais na escola solicitante e o mesmo não pode ser doado para o aluno, deve permanecer na escola, com possibilidade de não ser usado por nenhum outro, uma vez que cada caso requer recurso diferenciado e

específico. Assim, o aluno é prejudicado na sua vida escolar e o governo tem gastos desnecessários sem nenhum proveito.

No que se refere às condições de acessibilidade física e adequação dos ambientes de sala de aula, as escolas pesquisadas apresentavam restrições com: espaços pequenos que dificultam a locomoção, inadequação do mobiliário, iluminação precária, paredes escuras e sujas, talvez pelo fato de uma das escolas ser alugada, improvisada para tal. Também pareceu haver escassez ou inexistência de materiais pedagógicos adaptados, falta de recursos tecnológicos e ópticos.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que embora, a legislação nacional e municipal assegurem aos alunos com baixa visão os recursos e condições necessárias ao seu desenvolvimento intelectual e social através da potencialização da aprendizagem, a realidade das escolas, dos alunos e seus professores, mostram que não podemos afirmar que os alunos com baixa visão estão verdadeiramente se beneficiando da educação inclusiva como poderiam. Faltam investimentos de ordem material para adequar os espaços escolares, programas de formação continuada para todos os professores, principalmente para aqueles que já têm em suas salas alunos com baixa visão e apoio pedagógico sistemático, com orientações metodológicas de como trabalhar com estes alunos.

Faz-se necessário também, incentivo a estimulação e uso do resíduo visual em atendimento pedagógico de sala de recursos. Conclui-se que não bastam leis que garantam direitos, em se tratando de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que as ações políticas e pedagógicas cumpram o que estas determinam.

ADAPTACIONES CURRICULARES PARA EL ENSINANZA-APRENDIZAJE DE ALUMNOS CON BAJA VISIÓN

RESUMEN

El sentido más importante para el ser humano es la visión, pues es a través de ella que si tiene una maje integrada del mundo. La visión reducida trae inúmeros perjuicios la persona, la área más afectada es la aprendizaje. Considerando que el alumno con baja visión, necesita de adaptaciones pedagógicas en los diferentes aspectos de la organización del espacio escolar,

en este trabajo se buscó verificar las adaptaciones curriculares utilizadas en el interior da clase de aula común y en atendimento especializado para deficiencia visual, de la red municipal de enseñanza de Sinop/MT, durante 2010. Se constató que la inclusión y el atendimento al alumno con baja visión no corresponde al discurso político y pedagógico del Plan Municipal de Educación de Sinop. Barios factores contribuyen para no efectuação de este modelo de educación, entre ellos: accesibilidad física, escasez o inexistencia de materiales pedagógicos adaptados, falta de recursos tecnológicos, ópticos, inadecuación del mobiliario, iluminación precaria, paredes oscuras y sucias, espacios pequeños, destinação de fondos insuficientes para las adaptaciones necesarias en la escuela, tardanza en el catastro del alumno en el censo escolar, y aun, instalaciones improvisadas, alquiladas para funcionamiento de clases.

Palabras clave: Educación diferenciada. Baja visión. Adaptaciones curriculares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aneide O; OLIVEIRA, Marcelle . **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.

BARRAGA, Natalie. C. **Increased visual behavior in low vision children**. 2. ed. New York: American Foundation for the Blind, 1977.

_____. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual SEESP / SEED / MEC Brasília/DF**, 2007

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Avaliação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil**: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos. Brasília: MEC- SEESP, 2002.

CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA- **Departamento de Oftalmologia da Associação Médica Brasileira**. São Paulo, 2009.

DALL' ACQUA, Maria Júlia Canazza. **Intervenção no ambiente escolar**: estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa visão. São Paulo: Unesp, 2002.

FOSTER, A.; GILBERT, C. **Epidemiology of Childhood blindness**. Al Eye, 1992.

LORA, T. D. P. **O professor especializado no ensino de deficientes visuais**: um estudo centrado em seus papéis e competências. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Cíntia Murussi. **Professores de alunos com deficiência visual**: saberes, competências e capacitação. Porto Alegre, 2010.